

RECURSO ESPECIAL Nº 1.678.870 - AL (2017/0141428-8)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : CARLOS TADEU HERCULANO DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR : MARCOS VIEIRA SAVALL - AL012637B

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se recurso especial interposto por Carlos Tadeu Herculano da Silva, com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, publicado na vigência do CPC/1973, assim ementado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. PROGRESSÃO NA CARREIRA. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NO ART. 1º, §3º, DA LEI Nº 8.437/92 E NOS ARTS. 1º E 2º-B DA LEI 9.494/97. DECISÃO MONOCRÁTICA EM CONSONÂNCIA COM OS PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

O recorrente aponta violação dos arts. 1º e 2º-B da Lei n. 9.494/1997 e 1º da Lei n. 8.437/1992. Aduz que "[...] a pretensão deduzida [...] não se enquadra em nenhuma das vedações à concessão de medida liminar previstas nos referidos dispositivos legais mencionados" (e-STJ, fl. 195). Esclarece que pretendeu sua progressão funcional, e não reclassificação, equiparação ou concessão de aumento ou vantagem pecuniária.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 207/213.

Em manifestação de e-STJ, fls. 233/238, o Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

Tem-se, na origem, agravo de instrumento interposto contra decisão que negou a antecipação de tutela.

Em consulta ao *site* do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, verifica-se que a ação ordinária 0708871-22.2015.8.02.0001 foi sentenciada no dia 25/4/2017, tendo o pedido sido julgado procedente:

[...] para determinar ao Estado de Alagoas que proceda a progressão funcional do autor Carlos Tadeu Herculano da Silva, de Profissional de Apoio à Saúde Nível I para Nível II, com incremento de 30% em sua remuneração base, conforme disposto na Lei nº 6.964/08, art. 7º, §3º, a.

Os efeitos financeiros preponderam a contar da propositura da presente ação.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, foi julgada também a apelação interposta pelo Estado de Alagoas contra esse *decisum*, tendo a 3ª Câmara Cível da Corte *a quo*, em 23/11/2017, reconhecido "[...] que o demandante, de fato e de direito, faz jus à progressão na Carreira dos Profissionais de Apoio à Saúde do Estado de Alagoas, passando para o nível II, ainda que inexista parâmetros legais para a concessão dos efeitos financeiros decorrentes", mas reformado parcialmente a sentença para afastar "[...] a condenação relativa ao pagamento de valores retroativos decorrentes da progressão do servidor".

Segundo a jurisprudência sedimentada neste Tribunal Superior, a prolação de sentença na ação principal torna sem objeto o agravo de instrumento manejado contra a decisão que concedeu ou denegou a liminar ou a antecipação de tutela.

No ponto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DE 1º GRAU, QUE INDEFERIU A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO, NA AÇÃO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

[...]

III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "fica prejudicado, por perda de objeto, o exame de Recurso Especial interposto contra acórdão proferido em Agravo de Instrumento de decisão liminar ou de antecipação de tutela, na hipótese de já ter sido prolatada sentença de mérito" (STJ, AgRg no AREsp 307.087/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/06/2014). Em igual sentido: STJ, AgInt no AREsp 879.434/MG, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2016; REsp 1.591.827/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/09/2016; AgRg no AREsp 663.910/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2016; AgRg no REsp 1.413.651/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015; REsp 1.351.883/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/05/2015; AgRg no AREsp 51.857/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/05/2015.

IV. No caso dos autos, verifica-se que o Juízo de 1º Grau, nos autos da ação na qual a antecipação dos efeitos da tutela restara indeferida, proferiu sentença de mérito, julgando parcialmente procedente a pretensão veiculada na aludida ação. Nesse contexto, resta prejudicada a análise do presente Agravo interno, ante a perda de objeto do Recurso Especial.

V. Agravo interno prejudicado.

(AgInt no AREsp 1.167.654/RJ, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2018, DJe 27/3/2018)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO LIMINAR. SUPERVENIENTE PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE MÉRITO. PERDA DE OBJETO. PREJUDICIALIDADE.

[...]

2. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o recurso especial interposto contra acórdão que julgou agravo de instrumento de decisão, que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela fica prejudicado, por perda de objeto, quando sobrevém a prolação de sentença de mérito. Precedentes: AgRg nos EREsp 1.494.389/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe 18/3/2016; EAREsp 488.188/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 19/11/2015.

3. Inafastável a prejudicialidade do recurso especial interposto pela União pois em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região verificou-se que a ação ordinária no bojo da qual foi proferida a decisão liminar ora atacada, recebeu sentença definitiva de procedência em 11/4/2012, sendo esta objeto de recurso de apelação com acórdão transitado em julgado em 30/4/2014.

4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para julgar prejudicado o recurso especial interposto pela União por perda superveniente de objeto.

(EDcl no AgRg no REsp 1.400.096/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 24/10/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, declaro prejudicado o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator